Janeiro/Fevereiro 2003
Nº 18
ANO III

Entre Linhas

Publicação do Conselho Regional de Psicologia - CRP - 07

Fora dos Consultórios

Psicologia no luto: *a importância de cuidar dos que ficam*

Saúde e trabalho PARA TODOS

A hora é de união. A atenção integral aos pacientes, um dos preceitos mais caros para os profissionais da Saúde, está ameaçada por um projeto de lei que tramita no Senado Federal



III Fórum Social Mundial

Confira a programação completa do

editorial



Em busca de um outro mundo

O mês de janeiro no Rio Grande do Sul já se transformou em virtude do Fórum Social Mundial. Em sua terceira edição, o Fórum contagia a população e transforma a paisagem senegalesa de nossa capital neste período de verão. São cores, vida e movimento. Babel contemporânea, tem como "liga" o projeto de um mundo diferente daquele que herdamos e mesmo que, por vezes, perpetuamos.

Por acreditarmos em nosso poder de desacomodação, de desacomodar, investimos energia na construção de reflexões voltadas para a produção de saberes inovadores, que sirvam para dar sustentabilidade às novas práticas. Obviamente, não se trata do novo puramente por seu caráter "diferente" ou pretensamente revolucionário, mas antes de tudo, por identificarmos aí novas possibilidades de subjetivar um mundo cujas balizas são arquitetadas por aqueles que detêm o poder em suas várias formas.

Assim, lutar pela ampliação das possibilidades de subjetivar este mundo pode ser o efeito de pequenos gestos. Quando alguém consegue ler uma palavra (o destino de um ônibus, por exemplo), tocar um instrumento, falar um outro idioma, está também ampliando as suas possibilidades de significar um mundo. Este espírito move nossas ações.

Por outro lado, embora possa soar poético, trata-se sempre de um jogo de forças. Interesses atingidos vão às últimas conseqüências para manutenção do *status quo*. Um bom exemplo do que estamos dizendo é o projeto de lei que procura regulamentar o "Ato Médico". Uma visão retrógrada, corporativa e mercantilista da saúde, que busca uma hierarquização de saberes em detrimento da qualidade dos serviços prestados. Uma pena. Entretanto, mais que lastimar, podemos tomar posição e continuar lutando por um outro mundo possível.

Gestão Inserção

Gestão Inserção

- Andréa Giesen Lompa
- Carla Garcia Bottega
- Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Cristina Armani Madeira
- Dóris Noronha
- Gisele Silva Sanches
- Janice Castilhos Gomes
- Liliana Santos
- Mara Cristina Kozorosky Almeida
- Maria Anastasie de Castro Cortês
- Maria Cristina Carvalho da Silva
- Maria da Graça Corrêa Jacques
- Mylène Geiger
- Ruy Dias Gigante
- Simone Poester Schmidt
- Tatiana Cardoso Baierle
- Vera Elizabeth Verissimo

Diretoria

- Presidente: Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Vice-presidente: Carla Garcia Bottega
- Secretária: Mylène Geiger
- Tesoureira: Tatiana Cardoso Baierle

Comissão de Comunicação

- Mylène Geiger
- Vera Elizabeth Verissimo
- Walter Firmo de Oliveira-Cruz

Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07

Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 3335.1838 3330.3458
E-mail:
contatos através do site
www.crp07.org.br

Seção Serra
Avenida Itália, 325/705
95.010-260 – Caxias do Sul/RS
Telefone (54) 223.7848
Representante: Viviane Marcon Duarte

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (53) 227.4197
Representante: Giovani Cantarelli

- Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

- Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Design gráfico: Clô Barcellos/Libretos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 7 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita

Saúde para quem fica: intervenção psicológica no luto

A cidade de Caxias do Sul tem um projeto pioneiro e inédito no País na área da Psicologia: o Acompanhamento Psicológico à Família Enlutada, oferecido pela Funerária Cristo Redentor. A iniciativa, da psicóloga Ana Paula Reis da Costa, se concretizou após uma situação de luto vivenciada na sua família em 1999, período em que ela ainda cursava a faculdade de Psicologia. "Quando chegou a época do estágio de Psicologia Clínica, no começo do ano 2000, quis fazer um trabalho voltado para o luto e desenvolvi a proposta de aconselhamento em velórios", conta Ana Paula. Segundo ela, o apoio dos professores da Universidade de Caxias do Sul foi fundamental, apesar da preocupação de como o projeto seria aceito pela comunidade e se haveria alguma empresa interessada em desenvolvê-lo. "Em Caxias existem duas funerárias. Uma desconsiderou a proposta, mas o presidente da Cristo Redentor, que já tinha perdido um filho, achou interessante poder ajudar os pais", relata a psicóloga.

Com o passar dos meses, a presença da estagiária de Psicologia nos velórios acabou se tornando um diferencial importante para a funerária e para as pessoas enlutadas. "Na prática esse é um momento de desespero, de crise, e o psicólogo entra como acolhedor. Não existem fórmulas prontas, tudo depende de como a família está vivendo o momento. Uma situação de crise envolve outros comportamentos, e o velório é um tempo para tomar algumas decisões, nas quais o psicólogo pode ajudar bastante", acrescenta. Exemplos não faltam, todos vivenciados por Ana Paula: pode ser a disputa dos filhos pelos bens deixados pelo pai, o surgimento inesperado de uma outra família, a mãe que se recusa a entregar o corpo do filho ainda bebê, um caso de suicídio ou a morte violenta num acidente de trânsito. "Numa hora destas, além do serviço de aconselhamento, o psicólogo ajuda no que for necessário, até nas negociações entre a família e a instituição funerária. E se faz presente desde o momento em que chega a notícia da morte até o final do velório, quando normalmente finda o objetivo proposto para aquela família, que é a intervenção psicológica sob forma de plantão emergencial com a intenção de intervir preventivamente para evitar a instauração de um luto complicado", explica Ana Paula. Segundo ela, a presença do psicólogo ajuda a resgatar a pulsão de vida destas pessoas num momento difícil e cria possibilidades para que elas se adaptem sozinhas à situação ou, quando necessário, encaminha para um acompanhamento psicoterápico.

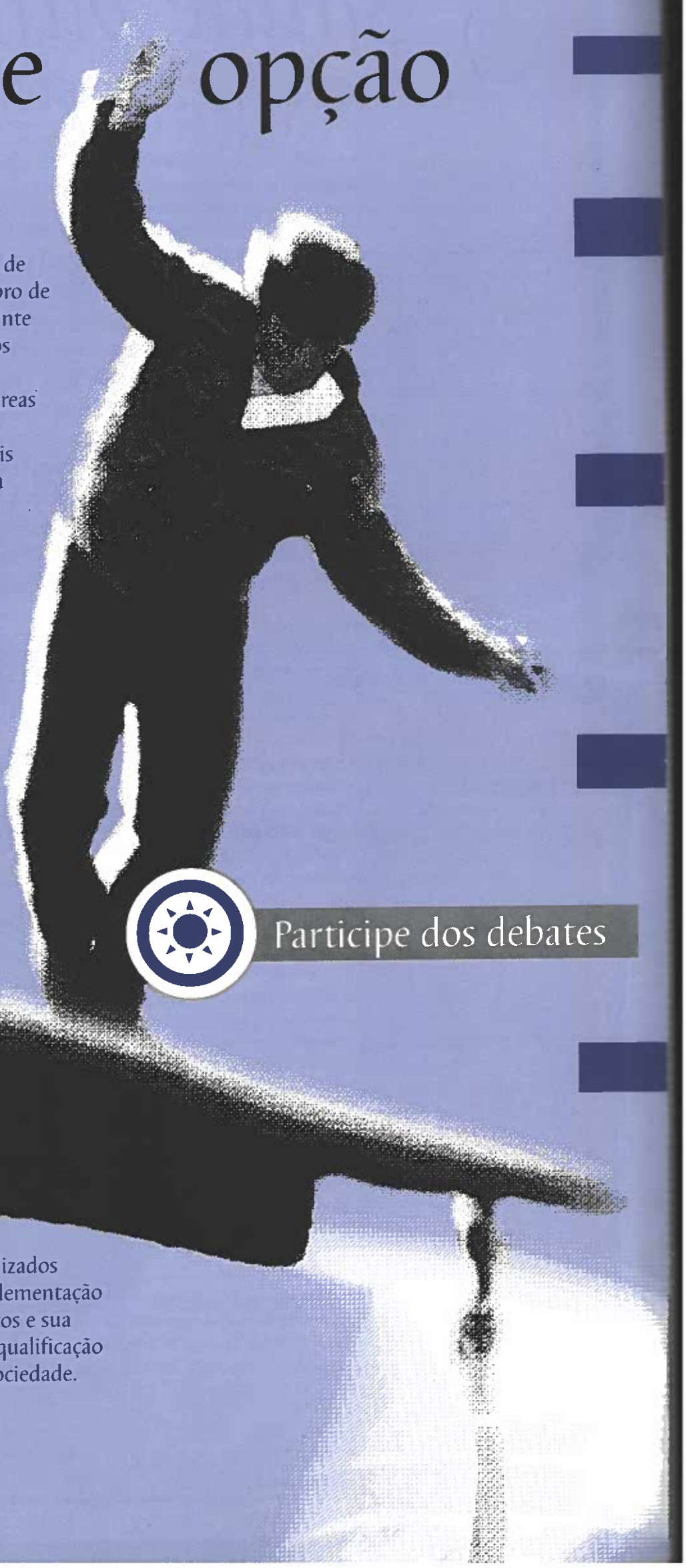
Se no começo do estágio a dúvida era como a comunidade iria aceitar o aconselhamento, atualmente, já formada, Ana Paula responde pelas áreas de Psicologia Clínica e Organizacional da empresa e desenvolve um programa de treinamento com um grupo de agentes funerários, chamados de aconselhadores, que também estão aptos a lidar com as situações de luto. "É interessante perceber o quanto a empresa mudou nestes dois anos, transformando o que era uma relação marcadamente comercial num trabalho mais humano", observa. Se antes a conversa do psicólogo com os familiares era feita no saguão da funerária, hoje existe uma sala específica para isso. Outra diferença é que, no início, o serviço de aconselhamento se limitava às pessoas de maior poder aquisitivo, e hoje se estende a todos os velórios, com os custos bancados pela própria empresa. "Até o ano de 2002 tivemos duas estagiárias para a área clínica e uma em organizacional, e dividi com elas e com os agentes funerários os atendimentos aos velórios. Atualmente, as situações menos traumáticas são acompanhadas pelos agentes funcionários aptos para o aconselhamento, enquanto os casos mais difíceis, como suicídios, perda de filhos jovens e crianças, assassinatos e acidentes de trânsito, têm a assistência das psicólogas clínicas. E hoje a demanda já parte da própria comunidade: são as pessoas que pedem para conversar conosco, as famílias têm escolhido a empresa porque oferece este tipo de acompanhamento", explica Ana Paula.

Junto com o serviço de aconselhamento, a funerária mantém outras iniciativas voltadas para a comunidade e sob a orientação da psicóloga. Uma delas é o grupo Cuidando dos Cuidadores, momento no qual os agentes funerários trocam idéias, falam de suas experiências e "tudo o que for necessário para manter seu nível de saúde mental para seguir trabalhando". Também há encontros para atendimento aos pais enlutados, que já reúne cerca de 18 casais, e, neste ano de 2003, deve ser formado o grupo dos irmãos, voltado para crianças e adolescentes enlutados. Ambos os projetos têm a parceria da Fundação Thiago Gonzaga, de Porto Alegre.

Nestes dois anos, Ana Paula Reis da Costa já apresentou seu projeto em congressos de Psicologia realizados em vários estados brasileiros e participou de cursos no Instituto Quatro Estações, em São Paulo, voltado para profissionais que trabalham com o luto. "Apesar de na época eu ainda não ser formada, me aceitaram na instituição, o que me ajudou a estruturar melhor o trabalho em Caxias do Sul e vencer alguns estigmas que cercam o profissional que lida com a morte", ressalta a psicóloga. Um deles é que tentar entender o luto após a perda de pessoas queridas não é, necessariamente, um mecanismo de sublimação, mas sim uma maneira de usar a experiência pessoal para ajudar os outros. "Antes da tristeza que é a morte, é preciso ter consciência que trabalhamos com o resgate da pulsão da vida, e isso nos torna mais humanos. O psicólogo também é gente, precisa se aproximar para produzir, sentir um pouco mais o que acontece, sair do conforto da clínica e ir ao encontro da necessidade do homem. Assim pode apreender, desbravar, favorecer, facilitar, buscar novos meios de pensar e agir na ciência, testar seus recursos e conhecimentos, descobrir, funcionalizar o quanto mais for possível dentro dos limites éticos. Acho válida a idéia de que o *setting* é a relação terapêutica e não o lugar em si. Não vejo problema algum em atender, por exemplo, na parada de ônibus, no supermercado ou na funerária se é nestes lugares que estão precisando de mim...", argumenta. Por fim, um desabafo: "Gostaria muito de fazer multiplicadores do meu trabalho, mas é difícil encontrar pessoas que tenha vontade de enfrentar estas barreiras".

A funerária Cristo Redentor tem vagas para estagiários em suas filiais, localizadas nas cidades de Uruguaiana, Garibaldi, Farroupilha, Pelotas e Porto Alegre. Informações na matriz, em Caxias do Sul, pelo fone 0800.512401, ou com Ana Paula no número (54) 3028.0015.

Título de ESPECIALISTA: questão de opção



O processo de registro de especialistas já é uma realidade no cotidiano dos psicólogos brasileiros. A resolução CFP 014/00, que institui o título profissional de Especialista em Psicologia, entrou em vigor em dezembro de 2000, e sofreu algumas complementações no ano seguinte (CFP 02/01), quando passou a incluir os procedimentos necessários para obtenção deste registro.

A proposta de criação das especialidades em algumas áreas da Psicologia foi prevista quando instituída a lei que regulamentou o Conselho Federal de Psicologia, há mais de três décadas (1971). O objetivo de implementar esta proposta partiu de alguns conselhos regionais, especialmente o do Paraná, procurando organizar o mercado (visto a prática corrente de auto-atribuição arbitrária) e qualificar os cursos de formação.

Durante o ano passado, o CFP e os CRPs de todo o Brasil trabalharam na avaliação de milhares de processos de solicitação de registro de especialistas, encaminhados através de documentação - como profissional autônomo ou com vínculo empregatício - que comprovava cinco anos de prática e experiência profissional em determinada área. O prazo para esta forma de reconhecimento de especialidade já se encerrou e, atualmente, o registro de especialista pode ser obtido através de concursos de provas e títulos (em andamento no primeiro semestre deste ano) e através de cursos de especialização com certificados reconhecidos pelo CFP.

Para que este processo seja cada vez melhor estruturado e atenda às expectativas da categoria, a resolução CFP 02/01 prevê a instituição de Fóruns de Acompanhamento do Registro de Especialistas nos Conselhos Regionais. O CRP-07 já estabeleceu o seu, com a participação de representantes de cursos e instituições e interessados em geral. Os encontros, realizados mensalmente, têm como proposta acompanhar a implementação do registro de especialistas, avaliar seus desdobramentos e sua repercussão no mercado de trabalho, seus reflexos na qualificação e valorização profissional e os possíveis impactos na sociedade.

Participe dos debates

Registro de especialistas:
Esclareça aqui algumas dúvidas comuns



O registro de especialista é obrigatório para os psicólogos?

Não. O título de especialista em psicologia é uma referência sobre a qualificação do psicólogo, não se constituindo em condição obrigatória para o exercício profissional.

Que vantagens um psicólogo pode obter com o registro de especialista?

Um dos objetivos dos Fóruns de Acompanhamento é avaliar a repercussão do registro no mercado de trabalho e na qualificação e valorização profissional, portanto, ainda é prematura qualquer avaliação. No entanto, acredita-se que tal registro, avalizado pelo órgão de classe, representa um atributo de qualificação positiva ao seu portador.

Quais são as especialidades existentes? E como as mesmas foram determinadas?

No momento: Psicologia Escolar/Educacional, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Hospitalar e Psicologia Jurídica, Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Psicologia Clínica, Psicopedagogia e Psicomotricidade. Está prevista a inclusão de outras especialidades a curto e médio prazos conforme a demanda do mercado de trabalho, que é o critério que está sendo utilizado.

O CFP tem autonomia e competência para conceder o registro? Isto não seria atribuição do MEC?

A lei 5.766, que criou o Conselho Federal de Psicologia, já menciona que o CFP tem o dever de estabelecer especialidades em Psicologia e conceder o respectivo título profissional. Portanto, o CFP colocou em prática, agora, algo previsto em lei e que nunca havia sido implementado. O MEC legisla sobre a modalidade de pós-graduação acadêmica *lato sensu* (no caso os cursos de especialização) estabelecendo um número mínimo de 360 horas/aula.

Qual é a diferença entre o título de especialista concedido pelas universidades e pelo CFP?

Os cursos de especialização oferecidos pelas instituições de ensino superior concedem titulação acadêmica e não certificação para exercício profissional, que é outorgado pelos Conselhos das diferentes profissões. Para o exercício da profissão de psicólogo, o CFP concede o registro com a apresentação do diploma de curso superior reconhecido. O título profissional de especialista em Psicologia instituído pelo CFP tem como objetivo avalizar o conhecimento acumulado a partir da prática profissional. Quando a resolução que trata do assunto passou a vigorar, havia a possibilidade de solicitá-lo comprovando a experiência profissional adquirida ao longo de pelo menos cinco anos na área solicitada. Entretanto, a referida resolução contemplou outras duas modalidades de adquirir o título: através de concurso (prova) na área de interesse ou obtendo certificado de conclusão de curso de especialização, a ser reconhecido pelo CFP. Estes certificados poderão ser emitidos por cursos de especialização vinculados a universidades e/ou pessoas jurídicas, desde que tenham sido reconhecidos pelo CFP/ABEP. Para tal reconhecimento, uma das exigências é que a grade curricular dos cursos de especialização contemple no mínimo 30% de prática supervisionada, caracterizando a intenção da resolução em valorizar a prática como agente de formação do trabalho do psicólogo.

Quem pode fazer o concurso?

Podem participar do concurso os psicólogos com mais de dois anos de inscrição no Conselho Regional de Psicologia, que estejam em pleno gozo dos seus direitos e que possam comprovar no mínimo dois anos de prática profissional na especialidade, contados, em ambos os casos, até a data da prova.

De que maneira o concurso é estruturado? Quando ocorrem as provas?

O concurso é executado por uma equipe da Universidade de Brasília (UNB) e inclui 30 questões objetivas e 30 questões discursivas, além de avaliação de títulos. Estão previstos concursos nas diferentes especialidades em 2003.

E quanto aos cursos de formação? Como saber quais estão dentro das exigências dos CFP?

Os cursos devem oferecer um mínimo de 500 horas/aula, sendo 30% de atividades práticas e o restante de estudos teóricos. Também há exigência de uma monografia final. Para o reconhecimento pelo CFP, os cursos devem pertencer a núcleos formadores ligados a uma instituição de ensino superior ou ser pessoa jurídica inscrita no CRP. Portanto, legitimam-se, além das instuições acadêmicas, cursos de formação com qualidade reconhecida.

Saúde não é monopólio:

A POLÊMICA DO ATO MÉDICO

"As atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão, desde que vinculadas, de forma imediata e direta a procedimento médicos e, ainda, as atividades de ensino de procedimentos médicos privativos, incluem-se entre os atos médicos e devem ser unicamente exercidas por médicos".

"As atividades de prevenção primária e terciária que não impliquem a execução de diagnósticos e indicações terapêuticas podem ser atos profissionais compartilhados com outros profissionais de saúde, dentro dos limites impostos pela legislação pertinente".

As citações acima estão no texto do projeto de lei 25/2002 que regulamenta o Ato Médico, atualmente em tramitação no Senado Federal. O Conselho Federal de Psicologia, junto com entidades representativas de outras profissões ligadas à saúde, é contrário à aprovação desta proposta. O motivo é que a mesma fere a autonomia de outras categorias de nível superior que já possuem regulamentações próprias para seus exercícios profissionais, além de reduzir o binômio saúde/doença a uma perspectiva meramente biológica, desconsiderando as determinações psicológicas e sociais na produção e reforço de inúmeros agravos. O Sistema Conselhos defende uma assistência integral à saúde, seguindo os modernos princípios preconizados pelas políticas de saúde coletiva, que entendem que a qualificação das ações em saúde implicam na Multidisciplinaridade, reconhecendo e respeitando as contribuições que cada um dos saberes que compõem este campo podem fornecer.

O projeto de lei foi apresentado pelo médico e Senador Geraldo Althoff (PFL/SC) e entrou pela primeira vez na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCCJ) do Senado Federal em novembro do ano passado. Durante um mês, em reuniões semanais, o projeto esteve em debate, processso que foi acompanhado por representantes de profissionais da Psicologia, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, entre outros, e recebeu, inclusive, alterações por conter algumas ambigüidades. No entanto, em quatro de dezembro o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Passada esta etapa, o texto seguiu para debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), também do Senado Federal. Neste âmbito, a senadora Marina Silva (PT/AC), que era vice-presidente da CAS, encaminhou e conseguiu a aprovação de um requerimento solicitando audiência pública para apreciação do projeto de lei. Isso significa que, num momento adequado, a CAS vai solicitar a presença do CFP – com direito a voz – nessa audiência.

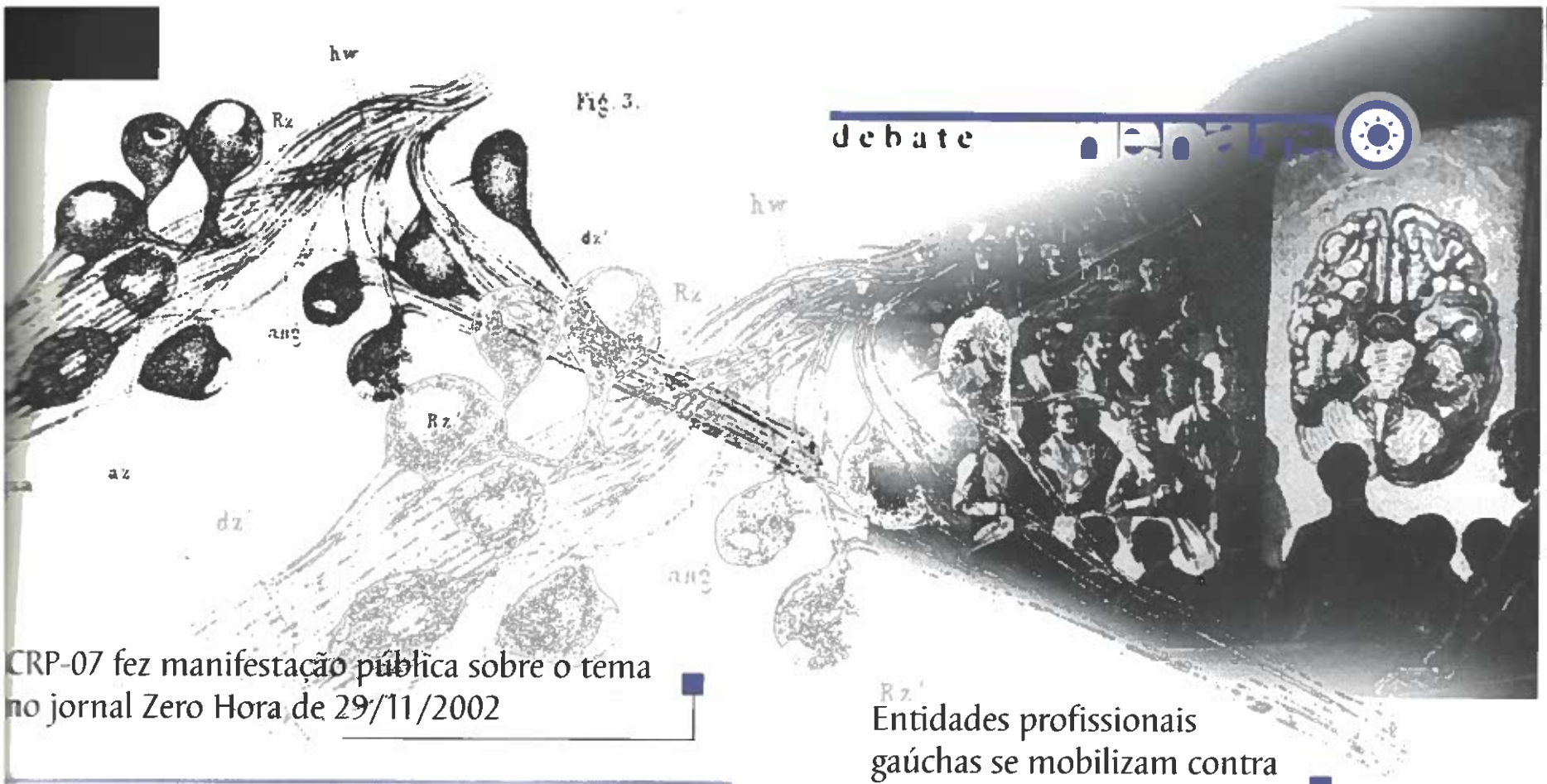
Como atualmente os senadores estão em recesso e um novo grupo de parlamentares eleitos toma posse no mês de fevereiro, ainda são desconhecidos os políticos que irão tratar do assunto. Mas a estrutura da CAS representa uma vantagem para as categorias profissionais que se opõem ao tema. Enquanto a CCCJ é de âmbito tecnico-jurídico, a CAS se diferencia por ser uma comissão de avaliação de mérito do projeto, na qual os argumentos contrários à proposta apresentada poderão ser melhor colocados, com a maior possibilidade de convencimento dos senadores. Se, ainda assim, o projeto passar pela CAS, ele segue para a Câmara dos Deputados, onde será distribuído sem passar pelo Plenário de qualquer uma das casas. Um projeto de lei só vai a Plenário em decisão terminativa quando ele é rejeitado em alguma das comissões designadas e o autor do projeto de lei, não conformado, apresenta recurso para apreciação em Plenário.

Portanto, o momento é de mobilização. A manifestação maciça dos psicólogos via fax, e principalmente, via e-mail, tem eficácia notória e é indispensável na formação de decisões individuais e coletivas dentro do Senado neste momento. Participe através do fone 0800.612211 ou do site www.senado.gov.br.

Entenda melhor o que é o projeto de lei do Ato Médico

O projeto transforma em lei resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), definindo o Ato Médico e estabelecendo que as atividades de prevenção que envolvam procedimentos diagnósticos de enfermidades ou impliquem indicação terapêutica são atos privativos do profissional médico. A proposta dá competência ao CFM para fixar a extensão e a natureza dos procedimentos próprios dos médicos e para definir quais deles são experimentais, quais são aceitos e quais são vedados. Define também como privativas do médico as atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão e ensino dos procedimentos médicos privativos, e tipifica como crime de exercício ilegal da Medicina as infrações a tais disposições.





CRP-07 fez manifestação pública sobre o tema no jornal Zero Hora de 29/11/2002

PEDIDO

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 7ª REGIÃO

ATOS DE SAÚDE NÃO PODEM SER PRIVATIVOS

Tramita no Senado Federal Projeto de Lei (PLS 25/2002) de autoria do Senador Geraldo Althoff (PFL/SC), que define "Ato médico". Pretende o Senador através deste Projeto, tornar "Ato médico" todo procedimento dirigido à promoção primária, secundária e terciária em saúde. Ou seja, atos de promoção da saúde, prevenção, execução de procedimentos diagnósticos e terapêuticos e reabilitação de "enfermos" passariam a ser considerados como privativos do médico.

As contribuições da medicina para a nossa sociedade são, sem dúvida, de grande importância. Entretanto, inaceitável considerá-las as únicas válidas no vasto campo da saúde. No momento em que as diversas disciplinas avançam seus conhecimentos na direção de uma atenção integral ao indivíduo, nos deparamos com propostas corporativas que visam antes de tudo determinar espaços de poder.

O Conselho Regional de Psicologia 7ª Região, juntamente com o Conselho Federal e demais Regionais de todo país torna pública sua indignação frente ao referido Projeto e conclama os senadores da República pela sua rejeição.

Porto Alegre, 29 de novembro de 2002.

Carla Garcia Bottega
Conselheira Vice-Presidente

www.crp07.org.br

heça a posição do CFP sobre o assunto

eto de Lei 25/2002 que institui e regulamenta o Ato Médico é um sso no campo da Saúde, pois pretende centralizar na mão dos médicos s atividades relativas ao tratamento da Saúde. No Brasil, caminhamos a largos para uma relação interdisciplinar no campo da Saúde, possibili- que profissionais de várias áreas possam conjunta e coletivamente se sabilizarem pelo trabalho de tratamento, prevenção e promoção da O PL Ato Médico é a mais séria ameaça que temos a estas conquistas, do com a interdisciplinaridade fundamental à consolidação dos s da Saúde. Nesse momento a mobilização de todos é fundamental para rojeto de Lei 25/2002 não seja aprovado.



Entidades profissionais gaúchas se mobilizam contra o Ato Médico

No Rio Grande do Sul, as entidades representativas dos profissionais da Saúde já estão se organizando em defesa do seu campo de atuação. Em encontros semanais, representantes de conselhos e sindicatos vêm propondo atividades e manifestações que têm como objetivo a defesa do trabalho interdisciplinar. Nestas reuniões também é consenso a oposição ao projeto de lei 25/2002, que define o Ato Médico e, conseqüentemente, implica na desvalorização do conjunto dos profissionais da Saúde. A intenção é mobilizar as diferentes categorias e sensibilizar a sociedade para os efeitos do PL 25/2002, que fere a autonomia dos profissionais e gera deficiência na prestação de serviços de Saúde à população, já que todas as ações ficariam centralizadas na figura do médico.

Entre as propostas já aprovadas estão a realização de um seminário sobre Relações Interdisciplinares (ver programação do Fórum Social Mundial, página 9) e a divulgação de um manifesto em Defesa da Saúde Universal, da Liberdade e da Autonomia do exercício dos profissionais da Saúde no Brasil, a ser distribuído durante o Fórum Social Mundial. Junto com manifestações como a do Rio Grande do Sul, o FENTAS (Fórum Nacional de Trabalhadores em Saúde) está organizando uma audiência pública em Brasília, com apoio da senadora Heloísa Helena. As entidades gaúchas que estão nesta mobilização contra o Ato Médico são os Conselhos Regionais de Assistência Social, de Psicologia, de Terapeutas Ocupacionais e Fisioterapeutas, de Farmácia, de Nutrição e de Educação Física, além dos sindicatos dos Nutricionistas, dos Enfermeiros, dos Farmacêuticos e dos Psicólogos, e diretórios acadêmicos das faculdades afins da ULBRA, PUC e UFRGS.



Saúde integral para todos

Walter Firmo de Oliveira Cruz
Psicólogo, coordenador técnico do CRP-07

Tramita no Senado Federal desde fevereiro passado, projeto de lei (PLS 25/2002) de autoria do então Senador Geraldo Althoff (PFL/SC), que pretende definir "Ato Médico"[1]. Tal projeto busca refletir, em forma de lei, Resolução do Conselho Federal de Medicina publicada no final de 2001. A Resolução CFM nº 1627/2001, a partir de considerações explicitamente corporativas, como por exemplo, "que o campo de trabalho médico se tornou muito concorrido por agentes de outras profissões...", ou "que agora, diferentemente, a área da saúde e da doença está pletorada de agentes profissionais sem que haja clara definição dos limites dos seus campos de trabalho" foi um passo dado no sentido de apresentar uma noção de saúde retrógrada e preconceituosa em relação às diversas categorias profissionais.

Infelizmente, nos deparamos hoje com uma série de ações promovidas por entidades de representação da categoria médica que, antes de tudo, insistem em querer considerar como desqualificados os atos promovidos por outros profissionais da saúde, travestindo o real interesse corporativo em "preocupações com a saúde pública". Obviamente estas entidades não representam o universo de sua categoria profissional, e não estamos aqui propondo um julgamento da medicina ou dos médicos. Entretanto, constantemente nos deparamos com posicionamentos avessos a tudo o que significar diminuição do poder médico. Um bom exemplo é a própria questão da Reforma Psiquiátrica. Vista como um esvaziamento da instituição hospitalar, e consequentemente do emprego e do poder médico, sindicatos insistem em criticar novas formas de inserção do "louco" baseados em suas incapacidades de julgamento. Assim, o "louco" só estaria seguro na instituição hospitalar. Não somos ingênuos para não perceber aí além de concepções preconceituosas de uma racionalidade "normal" em detrimento da "patológica", interesses profundamente mercadológicos.

Como já afirmamos[2], as contribuições da medicina para nossa sociedade são, sem dúvida, de grande importância. Entretanto, inaceitável considerá-las as únicas válidas no vasto campo da saúde. No momento em que as diversas disciplinas avançam seus conhecimentos na direção de uma atenção integral ao indivíduo, nos deparamos com propostas corporativas que visam antes de tudo determinar espaços de poder.

Assim, diversas categorias profissionais sentem-se profundamente atacadas com este Projeto de Lei, pois percebe-se que está presente aí, antes de mais nada, uma busca de demarcação de terreno que em nada faz avançar a qualidade dos serviços prestados. Há, simplesmente, a estúpida intenção de hierarquizar e desqualificar saberes. Vale ressaltar que em momento algum a concepção de "saúde" foi discutida com outra categoria profissional.

Em sua última edição, o jornal do Conselho Federal de Medicina[3] desenvolve uma verdadeira cartilha ao longo de oito páginas, buscando o convencimento daqueles médicos que, conscientes da importância do trabalho das diversas disciplinas da saúde, repudiam a iniciativa de sua entidade representativa. Em textos absolutamente questionáveis, há um desfile de argumentos que vão do preconceito à mentira. Assim, o cenário proposto na matéria é de que atividades e procedimentos assegurados aos médicos há milênios estariam sendo "invadidos por agentes de outras profissões, que insistiam em praticar atos médicos ilegalmente". Podemos perguntar então o que é ato médico? Todo ato realizado pelo médico? Ou todo ato e saúde?

Não iremos nos calar diante de tal arbitrariedade. O Conselho Regional de Psicologia articulado à diversas entidades das várias categorias profissionais da saúde está mobilizado no sentido de impedir a aprovação do PLS 25/2002.

1 Veja íntegra do projeto de lei do Senado 25/2002, já com as alterações promovidas na CCJ, no site www.crp07.org.br
2 Veja "À Pedido" publicado no Jornal Zero Hora na página central
3 Ano XVII nº 139.

Agende-se e participe da programação!

Sua opinião é importante para o aprimoramento da Psicologia brasileira!!



Sistema Conselhos no III Forum Social Mundial

Dia 24 de janeiro

Demarcação das desigualdades e suas implicações na subjetividade: resistência e superação
Painelistas: Maria Aparecida Silva Bento (SP), Florianita Campos (SP) e Magda Gebrim (SP)
Horário: 14h Local: AMRIGS
Organização: CRP-06

Dia 25 de janeiro

Saúde Mental e Inclusão Social
Painelistas: Ana Cristina Lima (SC), Isabel Kaeffer (SC), Marco Aurélio da Rosa (SC), Sandra Vitorino (SC), Nilo Neto (SC), Volnei Morastoni (SC), Marcio de Souza (SC), Aníbal Bastos (DF) e Edmar Carrusca (DF)
Horário: 8h30min Local: AMRIGS
Organização: CRPs 01 e 12

Circulação Humana: espaço urbano e construção da subjetividade
Painelistas: Niva de Oliveira (DF) e Sofia Cardelino (DF)
Horário: 8h30min Local: (a confirmar) Organização: CRP-01

Realidade e utopias: o lugar da subjetividade na transformação social
Painelistas: Michel Löwy (França), Mário Fuks (SP) e Francisco de Oliveira (SP)
Horário: 13h30min Local: AMRIGS
Organização: CFP e CRP-07

Neoliberalismo, políticas nacionais de educação e as implicações na formação e práticas em Psicologia
Horário: 14h30min Local: (a confirmar)
Organização: ABEP

Acidente Radioativo em Goiânia: violentação da cidadania e exclusão social das vítimas
Painelistas: Júlio Nascimento (GO), Laura Tereza Carneiro (GO) e Luiz Eduardo Jorge (GO)
Horário: 16h30min Local: AMRIGS (Sala 21)
Organização: CRP-09

Dia 26 de janeiro*

Clínica ampliada: repensando o dentro/fora nas práticas psi
Painelistas: Heliana Conde (RJ), Luis Cláudio Figueiredo (SP) e Luis Antonio Baptista (RJ)
Horário: 14h Local: AMRIGS
Promoção: CRP-07

Dia 27 de janeiro

Ação conjunta dos conselhos regionais de saúde junto ao sistema penitenciário de Curitiba e região metropolitana: conhecer para transformar
Painelista: Jorge Luiz Vieira (PR)
Horário: 14h Local: AMRIGS
Organização: CRP-08

Relações Interdisciplinares nas Equipes de Saúde
Horário: 8h30min Local: Anfiteatro do Hospital de Clínicas
Organização: FENTAS

Endereços

AMRIGS: Av. Ipiranga, 5311 – Porto Alegre

Hospital de Clínicas: Ramiro Barcelos, 2350 – Porto Alegre

* Trabalhos selecionados para apresentação na oficina do CRP-07 – dia 26 de janeiro

Grupo A (acompanha Luis Cláudio Figueiredo)
- Dança: uma Ferramenta Potencializadora da Subjetividade, de Patrícia Spindler
- Mundo Cão - registro do trabalho realizado em uma colônia penal agrícola, de Daniela Fontoura e Eduarda Torres
- A Psicologia e o Consumo: um encontro inevitável, de Denise Ziliotto

Grupo B (acompanha Luis Antonio Baptista)
- Clínica como Desvio, de Fernanda Bocco
- Caminhos de Piçarras Soltas ou a Experiência de Contato dos Agentes Comunitários de Saúde em Areias Brancas – Sergipe, de Rosângela Matos
- Dispositivos Sócio-analíticos para uma *outra saúde possível*, de Simone Paulon, Károl Cabral e Fernanda Beck

Grupo C (acompanha Heliana Conde)
- A Força do Inusitado & A Dimensão Política: algumas possibilidades de um certo tipo de clínica ampliada, de Alex Tavares
- Grupos de Ação Solidária: uma experiência da clínica ampliada em saúde do trabalhador, de Mayte Amazarray e Silvana de Oliveira
- Teatro-fórum como Dispositivo Clínico, de Silvia Nunes

Psicólogos se encontram para

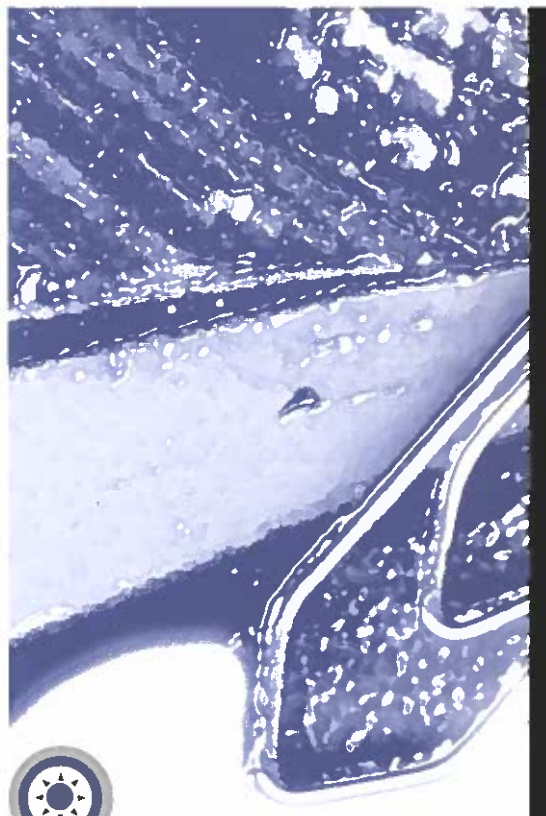
discutir Direitos Humanos

O IV Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, realizado de 12 a 14 de dezembro em Brasília, reuniu mais de 200 pessoas. Os participantes puderam acompanhar palestras e mesas redondas apresentadas por nomes ilustres da Psicologia e dos Direitos Humanos no Brasil – entre os quais Maria Rita Kehl, Bader Burihan Sawaia, Kabengele Munanga, Helder Muniz e José Moura –, além de participar de debates com representantes de movimentos sociais como o MST, as Mulheres da CONTAG e os Movimentos de Portadores de Deficiências Físicas.

Reunindo principalmente integrantes das comissões de Direitos Humanos dos CRPs de todo o Brasil, o seminário se firma como um pólo importante de produção, debate e reflexão sobre a relação entre Exclusão e Direitos Humanos no Brasil. Além de fomentar as trocas de experiências, o encontro tem por objetivo desenvolver a sensibilidade profissional dos psicólogos para a identificação e intervenção em situações de violação dos Direitos Humanos.

Na abertura do seminário, o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Odair Furtado, destacou que o "atual momento brasileiro representa a consolidação da democracia. Mas, para se chegar à democracia plena, ainda existe um longo caminho para ser percorrido, e todos, inclusive o Sistema Conselhos de Psicologia, têm um papel fundamental nesta trajetória". Para o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Marcus Vinícius Silva, o IV Seminário não foi apenas uma simples reunião para discutir temas e, sim, mais uma etapa na construção do nexo da relação entre a Psicologia e os Direitos Humanos.

Um dos principais momentos do Seminário foi a homenagem ao ex-senador Abdias do Nascimento, representado em Brasília por sua esposa, Elisa. Determinado e corajoso, Abdias é figura marcante na luta em defesa dos direitos humanos no Brasil, pioneiro em ações contra o racismo e por uma sociedade mais justa. O encontro também serviu de palco para uma manifestação pela paz em frente à Embaixada dos Estados Unidos, na qual os psicólogos entregaram uma carta e um manifesto ao governo norte-americano. Em cartazes e faixas, os manifestantes ainda pediram a libertação de Mumia Abu-Jamal, um jornalista negro que está, há 17 anos, no corredor da morte, nos EUA, depois de ter sido acusado injustamente pelo assassinato de um policial branco, na Filadélfia, sem um julgamento idôneo.



Congresso Norte-Nordeste de Psicologia

A terceira edição do encontro está marcada para o período de 27 a 31 de maio em João Pessoa, na Paraíba. Realizado pela primeira vez em 1999, o Congresso Norte Nordeste tem como proposta abrir um novo espaço para o encontro de profissionais, pesquisadores e estudantes de psicologia e promover a troca de conhecimentos teóricos e profissionais. As inscrições de trabalhos podem ser feitas até o dia 16 de fevereiro e maiores informações estão disponíveis pelo telefone (83) 247.4424 ou no site www.conpsi.psc.br

Livros e testes psicológicos

A CEPA (Centro Editor de Psicologia Aplicada) tem um representante em Caxias do Sul, para atender o município e região. As publicações da editora – entre testes psicológicos, livros, manuais e teses – estão disponíveis na Via Secreta, uma empresa de assessoria clínica localizada na avenida Júlio de Castilhos, 2069/84. Mais informações com a psicóloga Clenar Denise Abreu pelo telefone (54) 205.1841 ou pelo e-mail clenardenise@aol.com.br

Uma nova ética para a Psicologia

A necessidade de ampliação do Código de Ética dos Psicólogos, com enfoque em novas situações e uma abordagem mais abrangente, foi um dos principais pontos de pauta da última APAF (Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras). Para discutir este assunto de uma maneira mais ampla, o Sistema Conselhos realiza em novembro deste ano um Fórum Nacional de Ética, que terá como tema Ética e Psicologia numa Perspectiva Cidadã/Atualizando o Código de Ética. A iniciativa promete mobilizar os psicólogos de todo o Brasil, que devem se reunir em fóruns regionais ao longo do ano para discutir alterações e adequar o Código de Ética à realidade atual, além de indicar delegados para participar do encontro nacional.

Encaminhamentos da assembléia de Conselhos

Vários assuntos estiveram em debate na última Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), realizada em Brasília em dezembro passado. Os psicólogos delegados dos CRPs de todo o país discutiram as pautas e aprovaram encaminhamentos, já transformados em novas resoluções para a profissão e disponíveis no site www.pol.org.br. Entre as deliberações estão os seguintes temas:

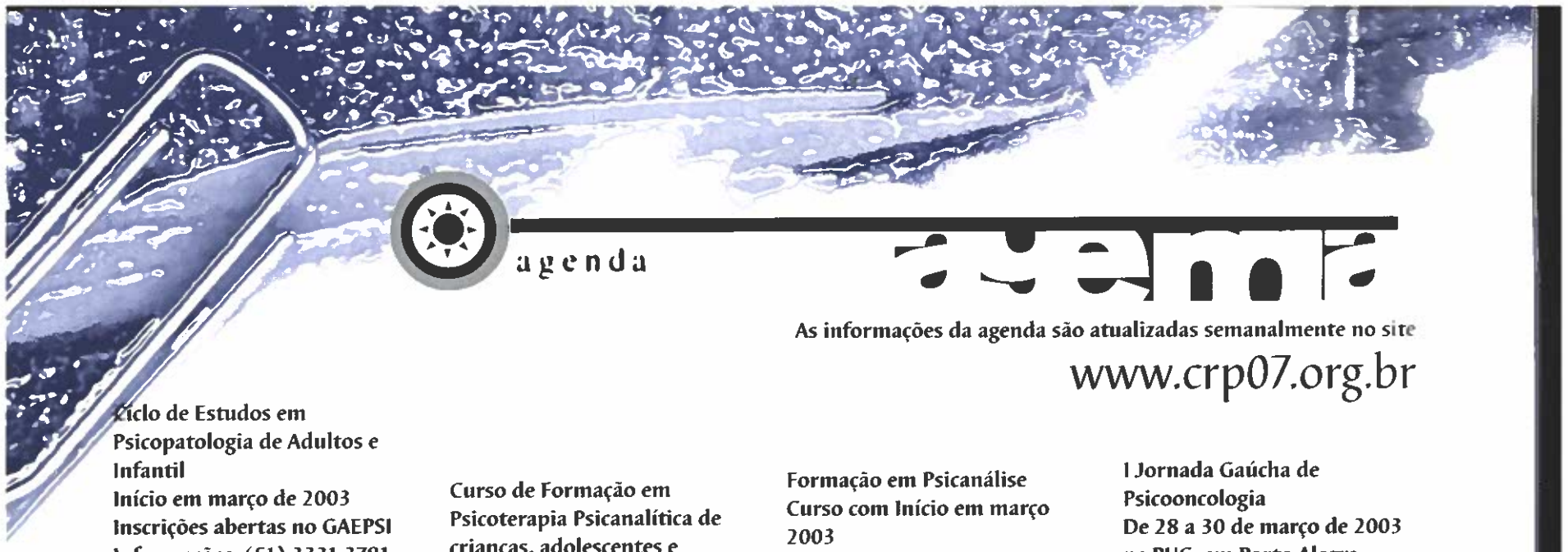
* **Psicólogos do trânsito** – o CFP criou resolução específica sobre a atuação dos psicólogos ligados aos Centros de Formação de Condutores (CFCs);

* **Avaliação psicológica** – o manual de elaboração de documentos escritos decorrentes da avaliação psicológica será publicado com alterações. O texto deve ser aprovado na APAF de maio/2003, a partir dos esclarecimentos e das sugestões da comissão de avaliação psicológica.

* **Psicologia social** – o Sistema Conselhos vai dar início ao processo de regulamentação da especialidade de Psicologia Social.

* **Democratização da comunicação** – o Sistema Conselhos integra o Fórum Nacional da Democratização da Comunicação. Ricardo Moretzsohn, da delegação do CFP, foi indicado pela APAF para ser o representante dos psicólogos brasileiros.

* **Segregação** – a APAF acatou a moção elaborada no IV Seminário Nacional dos Direitos Humanos, aprovando a resolução.



agenda

As informações da agenda são atualizadas semanalmente no site
www.crp07.org.br

Ciclo de Estudos em Psicopatologia de Adultos e Infantil
Início em março de 2003
Inscrições abertas no GAEPSI
Informações (51) 3331.3781

Formação em Terapia de Casal e Família e Terapia Individual Sistêmica
Início em março de 2003
Inscrições abertas no Centro de Estudos da Família e do Indivíduo
Informações (51) 3346-1525

Introdução à Psicanálise - Freud
Atividade do Espaço de Escuta e Discussão Teórica
Público Alvo: Estudantes de Psicologia e recém formados
Início em março de 2003
Inscrições abertas no Instituto de Psicologia
Informações ipsi@via-rs.net

Percurso de Escola – Formação em Psicanálise
Início em marco de 2003
Inscrições abertas na APPOA
Informações (51) 3333.2140 ou appoa@appoa.com.br

Arte Terapia no Contexto Social e Institucional
Curso de Especialização com início em março de 2003
Inscrições abertas no Instituto da Família de Porto Alegre (INFAPA)
Informações (51) 3330-0353 ou infapa@cpovo.net

Formação em Psicoterapia psicanalítica da Criança ao Adulto Maduro
Início em março de 2003
Inscrições abertas no GEA
Informações (51) 3330.6404 ou 3321.1573

Diagnóstico e Tratamento dos Transtornos do Desenvolvimento na Infância e Adolescência
Início em março de 2003
Inscrições abertas no Centro Lydia Coriat
Informações (51) 3311.0091 ou lydiacoriat@lydiacoriat.com.br

Curso de Formação em Psicoterapia Psicanalítica de crianças, adolescentes e adultos
Início em março de 2003
Inscrições abertas no Instituto Bion
Informações (51) 3332.3943 ou 3335.3443 ou iwbion@terra.com.br

Introdução à Clínica e Teoria de D. W. Winnicott
Início em março de 2003
Inscrições abertas no Instituto de Psicologia
Informações ipsi@via-rs.net

Especialização de Psicoterapeutas de Adultos Maduros
Início em março de 2003
Inscrições abertas no CLAM
Informações (51) 3328.0622 ou 3022.8226 ou www.clam.emed.com.br

Formação em Psicoterapia Psicanalítica
Início em março de 2003
Inscrições abertas no Instituto de Terapias Integradas (ITI) de Porto Alegre
Informações (51) 3311-3008 ou 3311-8163

Formação em Psicoterapia Psicanalítica
Início em março de 2003
Inscrições abertas para seleção no ESIPP
Informações (51) 3332.6436 ou 3388.7121

Pós-graduação em Psiquiatria e Especialização em Psicoterapia Psicanalítica
Início em março de 2003
Inscrições abertas no Instituto de Ensino Abuchaim
Informações (51) 3333.9684 e 3330.2981

Formação em Psicanálise
Curso com Início em março 2003
Inscrições abertas no Núcleo de Estudos Sigmund Freud
Informações (51) 3334.6400 ou 3338.6361 ou www.sig.org.br

Formação em Psicologia Organizacional
Início em março de 2003
Inscrições abertas no IDG - Instituto de Desenvolvimento Global
Informações (51) 3222.1725 ou 3232.6104

Formação em Psicodrama
Início em março de 2003, com duração de 420 horas
Inscrições abertas no Instituto de Desenvolvimento Humano (IDH)
Informações (51) 3332.8525

Formação Avançada em Psicanálise dos Vínculos
Início em março de 2003, com duração de dois anos
Inscrições abertas no Instituto Contemporâneo de Psicanálise e Transdisciplinaridade
Informações (51) 301953 44

Curso de Formação de Terapeutas de Família
Início em março de 2003
Inscrições abertas no Instituto Domus
Informações (51) 3346.3022 e 3395.1895 ou domusctf@terra.com.br

Teoria Psicanalítica e Especialização Clínica em Pacientes Adultos
Início em março de 2003, com duração de três anos
Inscrições abertas no Instituto Contemporâneo de Psicanálise e Transdisciplinaridade
Informações (51) 301953 44

I Jornada Gaúcha de Psicooncologia
De 28 a 30 de março de 2003 na PUC, em Porto Alegre
Informações (51) 3320.3500

18º Encontro Internacional de Audiologia
De 11 a 13 de abril em Curitiba (PR)
Informações eia@utp.br ou audiologiabrasil@uol.com.br

VIII Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais
De 19 a 21 de junho de 2003, em Curitiba (PR)
Inscrição de trabalhos até 20 de dezembro de 2002
Informações (41) 263-4895 ou www.centroreichiano.com.br

VI Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (VI CONPE)
Tema: Educar, mudar e desenvolver: perspectivas da Psicologia Escolar/ Educacional.
De 11 a 14 de abril de 2003, em Salvador (BA)
Inscrições de trabalhos até 21 de fevereiro de 2003
Realização: Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional ABRAPEE e Faculdade Ruy Barbosa – FRB
Informações www.abrapee.psc.br ou www.frb.br

III Congresso Latino-Americano de Psicologia Junguiana
De 30 de abril a 3 de maio de 2003 em Salvador (BA)
Informações (11) 3865.5345 ou www.jung2003.com.br

II Congresso Interamericano de Psicologia da Saúde
Tema: Corpo e Insatisfação
De 10 a 21 de junho de 2003, em São Paulo (SP)
Informações (11) 3069.6459 ou 3069.6188



O Filho da Noiva
Filme de Juan José Campanella
Argentina/Espanha, 2001, 123min

Entre afetos e ideais



Ana Marta Goelzer Meira
Psicanalista
Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre
Mestranda do curso de Psicologia Social e Institucional/UFRGS

O Filho da Noiva[1], de Juan José Campanella, é um filme que nos comove. Que fala de rupturas, compartilhamentos, afetos, amor. Em meio à história que centra-se em Rafael, que rompe com uma vida movida a celulares e a um ritmo frenético de trabalho, encontramos personagens que nos falam desde um lugar que pergunta, incessantemente, acerca dos afetos que povoam a vida.

O início do filme revela cenas da infância de Rafael, que vestido de Zorro e armado com uma *funda* enfrenta seus adversários, um grupo de meninos maiores. A "*marca do Zorro*", *Z*, é traço que se repete no filme, ali onde ele e seu colega de infância vêem o desenrolar de suas vidas disparar uma cadeia de rupturas e reencontros.

Rafael reencontra sua mãe, que apresenta o Mal de Alzheimer e acaba por participar da escolha de seu pai de realizar "*o único desejo que ela não encontrou: casar-se na igreja*". Com este, encontra um olhar que o faz romper com os ditames dos tempos de hoje. Em um diálogo, seu pai lhe diz que "*Não era por um mundo mais eficiente que lutava, (...) mas por um mundo melhor*", criticando a aceleração em que seu filho vivia em nome da eficácia. Este contraponto entre afetos e ideais compartilhados e os chamados trâmites da vida pós-moderna desenham seus caminhos no filme, fazendo com que, passo a passo, aqueles falem mais alto.

Em vários momentos os ideais a que os personagens se referem são transportados a vidas em terras estrangeiras, que seriam o terreno de sua realização. Ao mesmo tempo, não se realizando, fazem com que a terra prometida seja a que habitam, terreno de sonhos possíveis.

O casamento dos pais de Rafael, Nino e Norma, é pleno de emoção e amor. Ali onde as descrições da doença apagariam a memória, vemos uma escolha de vida se realizando e os laços que unem o casal se revelarem maiores que os limites que a vida impõe.

Sua neta, Victoria, queixa-se das "*cem vezes*" que a avó lhe disse: "*Que menina bonita! Como se chama?*" Filha de pais divorciados, revela uma dimensão que muitas crianças vivem em suas famílias recompostas - a oscilação entre o distanciamento e a aproximação paterna, os dias de visita regrados - "*Quinta é o dia do pai*", que acabam se rompendo a partir dos rumos de vida que, no filme, suplantam as regras e preceitos sociais normativizantes.

Dar vida aos afetos, ao amor, aos desejos, aos laços, à amizade, é a lição que o filho da noiva acaba por encontrar, ali onde suas conversas eram constantemente interrompidas por chamadas celulares, onipresença pós-moderna. O tempo que passou na UTI, em função de um enfarte foi o que o moveu a repensar sua vida.

Podemos nos perguntar se as cenas deste filme, que nos comovem, não seriam uma chamada a uma dimensão que muitas vezes se apaga em meio à aceleração dos dias de hoje: a de parar para pensar, parar para conversar, parar para encontrar o desejo ali onde ele está, muitas vezes à nossa frente, a um passo de se realizar. Basta, para isto, romper com os ditames da vida moderna que colocam à frente da vida o consumo e a tecnologia, e nesta, a televisão.

O lugar paterno a que convoca Nino, pai de Rafael, fala de um horizonte que desvia o olhar destes objetos vazios, lançando-o a um terreno que aponta a um rompimento com o automatismo e a um reencontro com a singularidade, "*com a cara e a coragem*" de ser. O ato de buscar realizar o desejo de sua mulher o faz encontrar algo que é impossível comprar ou vender: amor.

As marcas do desejo se traçam ali onde se prescinde dos objetos. São tecidas por letras, palavras e olhares. Se a publicidade transmite a idéia de que para ser é necessário ter, este filme nos mostra um outro caminho[2], onde ser é reencontrar-se com a singularidade desejante a que apontam nossos sonhos.



[1] O filme, produção argentina e espanhola, foi indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro, sendo um dos destaques da 26ª Mostra de Cinema em São Paulo (recebeu o prêmio do Público e também de melhor longa em língua estrangeira). Recebeu o prêmio de público e de crítica como Melhor Longa Latino no 30º Festival de Cinema de Gramado.

[2] A Argentina, palco das filmagens, é protagonista, hoje, de uma história que é tecida mais que pelas posses, pelas possibilidades de vias solidárias de compartilhamento e troca.